RELATÓRIO DA SUPERVISÃO DE ANÁLISE E PESQUISA

Projeto de Lei nº 122/2020
Autoria: Vereador Marcos Mendes
Ementa: "Dispõe sobre medidas permanentes de prevenção à transmissão de Dengue, Chikungunya e Zika Vírus às pessoas gestantes, em decorrência da pandemia do COVID-19."

1. BASE LEGAL E REGIMENTAL

- A proposição submetida a análise está amparada nos artigos 12, III, e 172, da Resolução nº 910/91 - Regimento Interno da Câmara Municipal de Salvador,[1] bem como no inciso III do art. 44 e art. 46 da Lei Orgânica do Município.[2]

2. DA ANÁLISE E PESQUISA

- Em conformidade com as normas regimentais e da técnica legislativa, realizamos pesquisa em bancos de dados e constatamos a **inexistência** de proposição legislativa em tramitação que verse especificamente sobre o tema aludido na epígrafe.

- Visando consubstanciar o processo legislativo, registra-se a existência da Lei Municipal nº 9.221/17[3], que: "Dispõe sobre medidas corretivas e punitivas para os casos em que existirem focos de mosquitos da Dengue em imóveis do Município de Salvador e dá outras providências". Não abarca, entretanto, a política pública proposta pelo projeto em análise.

Sala das Comissões, em 03 de junho de 2020.

Arthur Henrique Linhares Calvetti
Supervisor de Análise e Pesquisa

[1] **RICMS: Art. 12**. Compete ao Vereador, além de outras prerrogativas legais e regimentais: (...) **III** - apresentar proposições que visem ao interesse coletivo;
Art. 172. A iniciativa das leis, ressalvados os casos de competência exclusiva, cabe a qualquer Vereador, às Comissões da Câmara, ao Prefeito e à proposta de 5% do eleitorado.

[2] **LOM: Art. 44**. O Processo Legislativo compreende a elaboração de: (...) **III** - Leis Ordinárias
Art. 46. A iniciativa das Leis Complementares e Ordinárias, salvo os casos de competência privativa, cabe ao Vereador, Comissão da Câmara Municipal, ao Prefeito e por proposta de 5% do eleitorado, no mínimo.

[3] Lei Municipal nº 9.221/2017. Disponível em: https://leismunicipais.com.br/a2/ba/s/salvador/lei-ordinaria/2017/923/9221/lei-ordinaria-n-9221-2017-dispoe-sobre-medidas-corretivas-e-punitivas-para-os-casos-em-que-existirem-focos-de-mosquitos-da-dengue-em-imoveis-do-municipio-de-salvador-e-da-outras-providencias?q=9221